

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>21</b>
1. As premissas de partida.....	25
2. O Estado da questão na legislação processual.....	29
3. A necessidade de contar com <i>standards</i> de prova.....	34

## 1

<b>A FORMULAÇÃO DE UM <i>STANDARD</i> DE PROVA: REQUISITOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>47</b>
1. Primeiro requisito: recorrer a critérios relativos à capacidade justificativa do conjunto probatório sobre as conclusões probatórias que forem estabelecidas.....	48
2. Segundo requisito: os critérios que forem utilizados no <i>standard</i> de prova devem cumprir a função de estabelecer um umbral de suficiência probatória.....	55
2.1. A suposta impossibilidade de estabelecer critérios que fixem o nível de exigência probatória...	59

2.2.	Sobre a conveniência de fixar o umbral de exigência probatória mediante <i>standards</i> .....	76
2.2.1.	Universalismo vs. particularismo na determinação da suficiência probatória...	82
3.	Terceiro requisito: o <i>standard</i> de prova deve ser formulado recorrendo-se a critérios de probabilidade indutiva, não matemática .....	115
3.1.	Conceitos de probabilidade .....	117
3.1.1.	A probabilidade estatística como modelo de raciocínio probatório .....	124
3.1.2.	A probabilidade subjetiva como modelo de raciocínio probatório .....	142
3.1.3.	A probabilidade lógica ou indutiva como modelo de raciocínio probatório.....	156
4.	Quarto requisito: qualquer processo judicial necessita de diversos <i>standards</i> de prova, que devem fixar umbrais de suficiência probatória distintos e progressivos.....	180

2

**A FUNDAMENTAÇÃO DO NÍVEL DE EXIGÊNCIA PROBATÓRIA DOS *STANDARDS* DE PROVA ..... 193**

1.	As funções dos <i>standards</i> de prova .....	193
1.1.	Os <i>standards</i> de prova fornecem os critérios de justificação das decisões probatórias.....	194
1.2.	Os <i>standards</i> de prova cumprem uma função de garantia para as partes.....	199
1.3.	Os <i>standards</i> de prova distribuem o risco de erro entre as partes.....	203
2.	A decisão sobre o umbral de suficiência probatória é contextual .....	246
3.	Razões para determinar o umbral de suficiência probatória .....	268



**A MOTIVAÇÃO DAS SENTENÇAS EM MATÉRIA DE FATOS E OS *STANDARDS* DE PROVA..... 305**

- 1. Introdução..... 305
- 2. A vinculação conceitual entre prova e crenças do julgador ..... 311
- 3. A motivação das decisões judiciais sobre os fatos como exigência do devido processo ..... 333
  - 3.1. Duas concepções da motivação..... 334
  - 3.2. Os *standards* de prova como pré-condição para a possibilidade de motivar as decisões sobre os fatos ..... 343
  - 3.3. Uma coda sobre a credibilidade e sobre a aceitabilidade dos enunciados probatórios ..... 356



**COMO LEGISLAR SOBRE *STANDARDS* DE PROVA.. 361**

- 1. Uma estratégia para o desenho processual dos *standards* de prova ..... 361
- 2. Alguns exemplos de *standards* de prova bem formulados ..... 371
- 3. Explicação dos *standards* 1 a 3..... 375
- 4. Explicação dos *standards* 4 a 7..... 401
- 5. Algumas conclusões e caminhos por recorrer ..... 423

**BIBLIOGRAFIA..... 433**